



Alegorias de Brasília: narrativas históricas sobre as capitais brasileiras

Allegories of Brasília: historical narratives on Brazilian capital-cities

DERNTL, Maria Fernanda

¹ Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília e Pós-graduação em História, Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
fernandafau@unb.br
ORCID 0000-0001-8083-1274

Recebido em 20/01/2020 Aceito em 25/01/2020

Resumo

Neste artigo, um dos tópicos das narrativas históricas sobre Brasília – a evocação das anteriores capitais Salvador e Rio de Janeiro – é o mote para retomar a formação inicial de cada uma delas e destacar distintas noções de capitalidade no Brasil entre os séculos 16 e 20. A partir da retomada da bibliografia e de uma seleção de documentos a respeito de Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, o artigo busca destacar as especificidades de sua concepção e, ao fim, questionar a noção de suposta continuidade histórica entre elas.

Palavras-Chave: Brasília; história, historiografia, capitais, Salvador, Rio de Janeiro

Abstract

The evocation of the earlier capital cities of Salvador and Rio de Janeiro in historical narratives on Brasília is the starting point for this analysis on their beginnings and for pointing out distinct notions of capitality in Brazil from the 16th to the 20th century. Based on the relevant literature and on a selection of documents regarding Salvador, Rio de Janeiro and Brasília, this paper seeks to highlight the specificities of their inceptions and, in the end, to challenge the notion of historical continuity between them.

Key-Words: Brasília; *history; historiography; capital cities; Salvador; Rio de Janeiro*

1. Brasília e suas alegorias

Figura 1: Apresentação da peça A alegoria das três capitais na plataforma do Congresso Nacional. 23 de abril, 1960. Foto: F. Fadul.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Figura 2: Caravana. Inauguração de Brasília. Abril, 1960.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Um ponto alto no encerramento dos festejos de inauguração de Brasília foi a apresentação, na noite do dia 23 de abril de 1960, da peça teatral *Alegoria das três capitais*, escrita para o evento por Josué Montello (1960) e tendo a música composta por Heitor Villa Lobos e Heckel Tavares (figura 1). A plataforma e as rampas do recém-construído Congresso Nacional foram então o palco para um grandioso espetáculo de dança, canto e música encenando a instalação da capital em Salvador em 1549, no Rio de Janeiro em 1763 e na própria Brasília naquele momento. O argumento principal era a heroica luta para criação daquelas cidades, enfrentando um vilão – um homem velho que personificava os obstáculos e oposições. Salvador, Rio de Janeiro e Brasília apresentaram-se então como respectivo princípio, marco decisivo e culminância de uma narrativa histórica contínua sobre o Brasil.

Paralelismos, analogias ou continuidades entre as anteriores capitais e Brasília foram evocados ou sugeridos de muitas outras formas. Ainda em 1960, o Serviço de Documentação da Presidência da República iniciou a publicação da Coleção Brasília, que chegaria a 18 volumes, com objetivo de “oferecer aos estudiosos os elementos documentais relativos à interiorização da capital do Brasil, tanto de seu aspecto histórico quanto do político, social e econômico...” (BRASIL, v. I, 1960, p. 9). Os três primeiros volumes foram dedicados aos “Antecedentes Históricos” e buscaram “estabelecer o “desenvolvimento da ideia da interiorização da capital desde sua origem até o dia 31 de janeiro de 1956, data em que assumiu a Presidência da República o Senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira” (BRASIL, v. I, 1960, p. 9). Os primeiros documentos apresentados referem-se à fundação de Salvador em 1549; em seguida, trata-se da fundação da cidade do Rio de Janeiro em 1565, de uma suposta primeira referência à interiorização da capital do Brasil em 1750 e da mudança da capital da Bahia para o Rio de Janeiro (BRASIL, v. I, 1960, p. 9-24).

Mais tarde, nas páginas finais de suas memórias, o presidente Juscelino Kubitschek retomou a narrativa sobre as capitais: nas suas palavras, em Salvador, como também em Brasília, houve “um governante que desembarca no espaço vazio, chegando primeiro que seus governados e constrói no mato sua capital” (KUBITSCHECK, 2000, p. 468). Brasília seria a “irmã caçula” de Salvador (KUBITSCHECK, 2000, p. 386). Os escritos de Kubitschek sugeriram que, nos dois tempos, a edificação de uma capital foi meio privilegiado de impor uma ordem política e civilizatória a territórios quase desabitados. O Rio de Janeiro também não foi esquecido. Desde que fora feita capital em 1763, a cidade teria sido “cenário de quase toda a História nacional” (KUBITSCHECK, 2000, p. 296). E, assim como Salvador, teria contribuído para garantir a integridade de um imenso território. Mas, ainda conforme JK, seu governo teria efetuado uma evolução decisiva em relação às capitais anteriores: a efetiva posse do interior do país. Brasília apresenta-se como continuidade mas também ruptura com o passado, num processo contínuo de construção do território, tendo as capitais como marcos.

A evocação das anteriores capitais como modo de dar lastro histórico à construção de Brasília apareceu em escritos diversos dedicados à narrativa da história da capital. A obra *Brasília, história de uma ideia*, publicada na já citada série de “Antecedentes Históricos” (BRASIL, 1960), afirma que o Brasil seria, mesmo antes do Descobrimento, uma “unidade geográfica e econômica” e descreve uma trajetória histórica que se inicia com a criação de Salvador, passa pela fundação da capital no Rio de Janeiro e, depois de uma série de fatos marcantes, termina em Brasília, considerada “de certo modo necessária como coroamento de um processo histórico quase tão velho como o país (BRASIL, 1960, v. IIIa, p. 22). Mais tarde, a *História de Brasília* (VITOR, 1980) também inicia-se com a história das capitais anteriores. E Tamanini (1994), em sua abrangente compilação de registros, memórias e documentos sobre a construção de Brasília, buscou esclarecer “como tudo começou”, referindo-se, de início, à criação da primeira e da segunda capital.



De maneira mais ou menos explícita, vários textos sugeriram analogias entre as fundações de Brasília, Rio de Janeiro e Salvador ou defenderam uma derivação histórica entre elas. Por outro lado, com intuito de justificar a necessidade de transferência da sede de governo em 1960, muitas vezes destacou-se a oposição entre a criação de Brasília e o Rio de Janeiro, com base em argumentos colocados ainda no século 19 pelo historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen (1877), que advogou a mudança da sede do Império para o Planalto Central por razões de segurança, salubridade e de integração das províncias. O Rio de Janeiro não seria adequado como capital, em razão “de seu clima, do ambiente moral, de seu cosmopolitanismo [sic], localização periférica e possível vulnerabilidade militar.” (PENNA, 1958, p. 322).

A ênfase em supostos antecedentes e raízes históricas de Brasília também se mostrou de outras maneiras. Numa vertente bastante difundida, Brasília seria a culminância de uma sequência de projetos para interiorização da capital desde o século 18: “uma velha e boa ideia” (COUTO, 2002, p. 31). Nessa linha, por vezes há referências a projetos de mudança da capital supostamente aventados no século 18 pelo Marquês de Pombal ou por Inconfidentes mineiros, desconsiderando-se o específico sentido daqueles contextos e sem apresentar fundamentação histórica. Numa outra vertente similar, procurou-se inscrever a mudança da capital, numa longa e contínua marcha de desbravamento do interior do território iniciada pelos bandeirantes nos primeiros séculos da colonização. As estratégias para dar respaldo histórico a Brasília já foram criticadas como parte de um esforço político no sentido de conquistar adesões, neutralizar oposições e valorizar a iniciativa pessoal do presidente JK. Autores como James Holston (1993), Vania Moreira (1998), Paulo Bicca (1985), Laurent Vidal (2009) e Viviane Ceballos (2005) apontaram os artifícios retóricos utilizados para legitimar a construção de Brasília, expressos em narrativas lineares e cronológicas, que associaram a ideia de mudança da capital a grande marcos da evolução política brasileira, buscando apresentar a capital como desejo coletivo e secular e como corolário de uma marcha no sentido de afirmação da nacionalidade brasileira. Demétrio Magnoli (1997, 2001) apontou mais especificamente o papel de uma “imaginação geográfica” na base de uma tradição narrativa que se elaborou durante o Império, sob a égide do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que a nação foi associada a um “virtualidade territorial imanente” e a uma “unidade colonial brasileira” desde a América portuguesa, como na reveladora – e anacrônica – denominação “Brasil-colônia”. Referências a um projeto de mudança da capital alentado e perseguido desde os tempos da colônia ainda têm força em interpretações correntes.

Continuidades e analogias entre a criação de Brasília e anteriores cidades luso-brasileiras também foram mencionadas em estudos ou comentários diversos provenientes da área de Arquitetura e Urbanismo. Lucio Costa também sugeriu essa ideia ao defender em seu texto sobre os “‘ingredientes’ da concepção urbanística de Brasília” que a capital seria “criação original, nativa, brasileira” (COSTA, 2012) Estudos clássicos e trabalhos mais recentes a respeito de Salvador e Rio de Janeiro permitem indagar sobre o papel de cada uma dessas capitais e a noção de capitalidade em cada um dos períodos, considerando tópicos recorrentes nas análises a seu respeito, relativos a um suposto caráter planejado ou erudito de sua concepção, à ideia de que se construíram sobre espaços vazios e a seu papel no território. Longe de esgotar o tema, busca-se aqui apenas esboçar algumas questões no sentido de contribuir para rever o modo como a historiografia sobre o tema da capital – e principalmente de Brasília – se constituiu e difundiu.

2. Salvador: fortaleza e povoação

Figura 3: João Teixeira Albernaz I. Planta da cidade de Salvador na Bahia de todos os Santos. Ca. 1605.



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** [São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP], 2000.

Figura 4: João Teixeira Albernaz I. Planta da Restituição da Bahia. 1631.



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial.** [São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP], 2000.

Quase meio século depois da descoberta do Brasil, a fundação de Salvador em 1549 significou uma inflexão na política portuguesa para a colônia sul-americana. A cidade foi concebida como sede para um novo regime, o Governo Geral, numa tentativa de limitar a excessiva dispersão do sistema de capitâneas hereditárias. A decisão também deve ter levado em conta as dificuldades que vinham se mostrando para manter territórios ameaçados por franceses e pela resistência indígena. Salvador, a primeira cidade criada com esse estatuto, tornou-se capital da jurisdição depois conhecida como Estado do Brasil. A maior parte das vilas dos séculos 16 e 17 foi fundada por capitães donatários, mas Salvador, fundada pela Coroa, teve uma formação urbana diferenciada.

A edificação do núcleo buscou criar um centro de povoamento, defesa do território e evangelização. Escolheu-se para isso a Bahia de Todos os Santos, situada em parte central da faixa litorânea dominada por portugueses. As condições do seu porto, a disposição dos rios e a fertilidade das terras foram atributos valorizados na escolha do seu sítio. A existência de um esboço de fortificação e povoamento nas proximidades também deve ter sido considerada. Depois da morte do anterior donatário daquela capitania, Francisco Pereira Coutinho, a Coroa pôde estabelecer-se ali e, em 1576, viria adquirir posse sobre toda aquela faixa territorial.

O já bem estudado regimento de D. João III de 1548 estabeleceu que o primeiro governador geral Tomé de Sousa deveria fazer “fortaleza e povoação”, de acordo com as “traças e amostras” que levava – provavelmente desenhos em planta e elevação. Tais desenhos, que não sobreviveram, são atribuídos a Miguel de Arruda, mestre-mor das fortificações no Reino. Na armada de Tomé de Souza estavam Luís Dias, “mestre das obras da fortaleza e cidade do Salvador” e também oficiais pedreiros e carpinteiros, ao lado de colonos e padres jesuítas.

As feições do traçado inicial de Salvador permanecem controversas, sobretudo no que diz respeito à extensão original do núcleo. A cidade implantou-se, como se sabe, numa plataforma no alto de uma encosta da baía e foi amuralhada na porção voltada para o interior do continente. Os edifícios do poder administrativo e religioso vieram situar-se na parte alta e o porto e o comércio na parte baixa. A estrutura urbana desenvolveu-se em torno de três espaços principais: a Praça do Palácio, a Praça da Sé e o Terreiro de Jesus, em frente ao Colégio da ordem dos jesuítas (Figuras 3 e 4). A discussão das hipóteses a respeito do traçado urbano inicial foi sistematizada de modo detido em trabalho de Filipe Eduardo Moreau (2011, p. 129-132, p. 321): a área inicial da cidade teria seu limite ao norte na Praça do Palácio ou englobaria também o Terreiro de Jesus? Ou, talvez, teria sido implantada como um núcleo de menor área, mas já prevendo uma futura expansão na direção do Terreiro de Jesus?

A dificuldade de esclarecer a forma inicial da cidade pode ser atribuída a lacunas ou imprecisões na documentação escrita e cartográfica. Pode-se relacioná-la também a especificidades do processo que lhe deu origem. O desenho inicial atribuído a Miguel de Arruda traria “diretrizes básicas”, mais do que “um esquema rígido” (BUENO, 2011, p.78). A participação de técnicos especializados em engenharia militar permitiria exercer certo controle sobre a implantação, no entanto, seus desenhos e determinações escritas não teriam sentido rígido ou detalhado, nem haveria a noção de fidelidade estrita a eles. Como mostra uma carta de 1551 de Luís Dias dando conta do andamento das obras, as construções foram sendo adaptadas à topografia do terreno (BUENO, 2011, p. 74-77). E, desde as últimas décadas do século 16, o sistema de defesa da cidade foi sendo revisto por diversos engenheiros.

A construção da cidade de Salvador envolveu lidar com a realidade do sítio escolhido, utilizar materiais locais e mão de obra indígena (RISÉRIO, 2004). A ordem dos jesuítas teve de fazer negociações para obter os terrenos para sua fixação (MOREAU, 2011). A tensão entre práticas sociais de ocupação dos espaços por parte dos colonos e determinações normativas para construções e alinhamentos fez-se

sentir desde a fundação da cidade (MARINS, 2005). Considerando esse processo conflituoso de implantação, entende-se a dificuldade, por parte dos estudos existentes, no sentido de estabelecer aquilo que teria sido o desenho de seu plano inicial.

Salvador deve ser reconhecida também por suas implicações numa escala mais ampla do território. A cidade logo se tornou polo de irradiação da colonização e centro de articulação de uma rede de vilas e povoações. A partir da sua fundação, a presença do poder metropolitano fez-se mais direta, no entanto, não se efetivou uma centralização administrativa. Por duas vezes – entre 1572 e 1577 e entre 1608 e 1612 – a administração colonial foi subdividida em dois governos e a sede das capitanias do sul passou a ser no Rio de Janeiro (PERIDES, 1995). Ainda no século 16, outra baía – muito cantada tanto por suas belezas naturais como por sua posição estratégica – viria sediar uma cidade que depois se tornaria capital.

3. Rio de Janeiro: joia do tesouro

Figura 5: Victor Meirelles. Estudo para Panorama do Rio de Janeiro, ca. 1885. Morro do Castelo ao fundo.



Fonte: Wikimedia commons.

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada por ordem régia em 1565, junto ao Pão de Açúcar, como base militar para efetivar a expulsão dos franceses que pretendiam se estabelecer naquela região. Em seguida, a cidade foi transferida para sítio considerado mais adequado – similarmente a Salvador, no alto de um morro, porém em terreno mais exíguo. Ali se construíram marcos da presença portuguesa: um forte, a igreja da Sé e o colégio dos jesuítas, provavelmente configurando vértices de uma área triangular. Há pelo menos três hipóteses de traçado para esse núcleo inicial, distintas principalmente quanto à disposição de sua linha externa de fortificação (ABREU, 2008). Uma das dificuldades para reconstituí-lo é que, além da escassez de imagens da época, o morro do Castelo, como passou a ser conhecido, foi demolido no começo da década de 1920 (figura 5). Já perto de fins do século 16, a cidade estava estruturada por um eixo que seguia longitudinalmente ao mar até o morro do convento dos beneditinos. Igrejas e conventos de ordens religiosas foram se fixando no alto dos morros nos arredores da cidade e, junto à praia, em frente ao convento dos carmelitas, definiu-se um espaço aberto, onde está a atual Praça Quinze de Novembro, que viria sediar os mais importantes edifícios político-administrativos.

Não se conhece um plano urbano para orientar o traçado inicial do Rio de Janeiro e não se sabe com certeza o teor das intervenções de engenheiros militares ali presentes desde fins do século 16. Uma linha da historiografia defende a existência de normas de arruamento expressivas de um “urbanismo erudito” (ABREU, 2008) orientando seu crescimento desde a fundação. Por sua vez, outra linha destaca a “falta de normas civis específicas para a conformação urbana” (FRIDMAN, 1999) e analisa o papel de leis eclesiásticas na definição inicial da paisagem. No cotidiano da administração ao longo do século 18, a afirmação do poder régio enfrentou oposições e resistências dos colonos, como mostram os contínuos conflitos acerca da posse e do uso dos terrenos urbanos junto ao mar (BICALHO, 2001).

Desde fins do século 17, o Rio de Janeiro ganhou importância no contexto de crescente tensão com os espanhóis nas fronteiras meridionais e de exploração de jazidas auríferas em Minas Gerais. A cidade foi denominada em Ofício do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras de 1762 “a mais importante Joia deste grande Tesouro [o território luso-brasileiro]” (*apud* BICALHO, 2013). Em 1763, a capital do Estado do Brasil foi transferida de Salvador – onde estava desde 1549 – para o Rio de Janeiro, consolidando o recentramento da colonização no Atlântico sul. O Rio de Janeiro estabeleceu então uma articulação mais íntima com os territórios centrais e meridionais do Estado do Brasil, podendo-se entender que afirmou sua capitalidade

A transferência da capital foi parte de um conjunto mais amplo de medidas para reorganização da administração. Já nos primeiros anos do governo pombalino, sob D. José I (1750-1777), promoveu-se a redefinição de capitânicas. Como parte de uma nova política de ocupação dos territórios coloniais, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, na região do vale amazônico, passou a ter capital em Belém do Pará e, em 1755, teve parte de seus territórios desmembrados para criar a capitania de São José do Rio Negro. Esse conjunto de medidas buscava criar uma administração mais eficiente, de acordo com a lógica de centralização política acentuada pelo despotismo ilustrado (BELLOTTO, 1986; SILVA, 1987). Porém, não há evidências da intenção de se criar uma capital centralizada no interior do território. Considerando a importância do centro político lisboeta e sua relação com Belém, num território que não se apresentava unificado, Daniel Silva (2012) indagou: “existiam de fato capitais nas colônias?”. Talvez possamos responder que sim, mas reconhecendo seus distintos sentidos históricos.

No início do século 19, houve mudanças radicais na forma de organização política do Brasil. Depois da mudança da família real para o Rio de Janeiro (1808) da elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves (decretado em 1815) e da emancipação política em 1822, a política do Império viria mostrar permanente preocupação com a integridade territorial. Impôs-se então um sistema político-

administrativo altamente centralizado a partir do Rio de Janeiro. As ideias de transferência da capital para o interior começaram a circular nessas primeiras décadas do século 19, em meio aos debates e tensões sobre as novas formas políticas para administrar o Império. No século 20, o discurso em prol da construção de Brasília viria propor uma reelaborada ideia de capital.

4. Brasília e a história como alegoria

Figura 6: Cartão postal de Brasília, 1960.



Fonte: VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX). *História*, Franca, v. 30, n. 1, p. 3-36, June 2011.

Ao evocar as anteriores capitais, o discurso político sobre Brasília parece aproximar-se da noção de história como alegoria. Nessa forma de representação da história, tal como definiu Edmund Burke (1995), “se tecem comentários a respeito de um evento (usualmente no passado) quando os comentadores estão, na realidade, ou mais intensamente, interessados em outro [evento] (usualmente no presente)” e, mais do que um mero anacronismo, impõe-se uma afirmação política. Nesse sentido, a noção de capital por vezes parece embotar a historicidade na criação de Salvador, Rio de Janeiro e Brasília, tendendo a atribuir-lhes um mesmo sentido e a destacar suas similaridades sem atentar para a peculiar formação que tiveram em cada um dos tempos.

Estabelecidas como cidades régias, Salvador e Rio de Janeiro contaram, de distintas maneiras, com uma presença mais marcante da metrópole na definição de sua configuração. Ambas podem ser consideradas expressivas de uma “rotina de fundação de cidades” (ROSSA, 2002) desenvolvida ao longo da Expansão Portuguesa, com diferentes manifestações em espaços e tempos diversos. Além disso, desde sua criação, ordens emanadas de Lisboa e planos urbanísticos tiveram de interagir com elementos preexistentes e injunções locais, atribuindo-lhes significados distintos e especificidades.

Salvador e Rio de Janeiro tiveram papel fundamental na organização de amplas parcelas do território ao articular redes econômicas, políticas e culturais. Deve-se considerar, porém, que na maior parte de sua história, a colônia sul-americana permaneceu organizada em dois Estados autônomos, cada um deles tendo uma cidade como sede, de modo que não se criou um centro de poder unificado ou

centralizado – o que seria mesmo indesejável do ponto de vista da Coroa portuguesa (PERIDES, 1995). O fortalecimento do poder metropolitano se deu pela valorização dos governadores e a organização de blocos regionais de capitanias, não por meio de vice-reis ou governadores-gerais nas capitais. O próprio uso do termo capital pode mesmo ser considerado um anacronismo para referir àquele período. Até o século 18, foi mais frequente o termo cabeça, etimologicamente aparentado de capital e sugerindo uma relação orgânica com o território (FERNANDES, 2014).

A elaboração da ideia da transferência da capital para o interior – e, pode-se dizer, a sua construção ideológica – foi um longo processo, impulsionado por distintos projetos políticos. Ainda nos anos 40 do século 20, debatia-se se a nova capital deveria estar em posição de contato entre o interior e as áreas de maior relevância socioeconômica do Sul ou se seria um posto de colonização na boca do sertão (PEREIRA, 2010). Deveria ser situada no Triângulo Mineiro ou em Goiás? A definição do sítio de Brasília em 1955 sugere a força de uma tradição histórica: foi o mesmo sítio sugerido por Auguste Glaziou em carta de 1893 a Luís Cruls, chefe da Missão Cruls, que, por sua vez, havia tomado por base escritos de Varnhagen (SENRA, 2010; BATISTA, FICHER, LEITÃO, FRANÇA, 2003).

Sob o governo de JK (1956-61), a construção de Brasília propôs integrar econômica e territorialmente um país ainda marcado por relações muito desiguais entre litoral e interior. No programa desenvolvimentista, a capital viria ao mesmo tempo ampliar o mercado interno e expandir as fronteiras agrícolas, permitindo conciliar interesses de elites industriais e agromercantis (MOREIRA, 1998). As imagens de uma cidade construída “no nada”, “de súbito” ou “como por encanto” ainda pairam em sua história. Mas, estudos sobre o processo de formação dos territórios da região central, o desenvolvimento do Plano Piloto e a sua construção vem mostrando um panorama mais complexo. A nova capital foi construída em região escassamente povoada, mas onde havia se desenvolvido, pelo menos desde o século 18, uma lógica específica de formação territorial (DERNTL, 2019). No local onde se ergueu Brasília, havia uma ocupação por fazendas agrícolas e de pecuária, pousos e povoados, num território marcado pela subdivisão em grandes propriedades. O intenso movimento especulativo anterior à construção da capital, a indefinição legal dos limites das propriedades e o processo incompleto de desapropriação tornam ainda hoje problemática a questão fundiária.

A realização do concurso para o Plano Piloto da nova capital a partir de edital de 1956 é bem conhecida. Em seu memorial, Lucio Costa referiu-se a bases históricas do traçado, fruto de “um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial” (COSTA, 1991). O Plano Piloto teve de ser detalhado e desenvolvido. Modificações e adaptações vieram atender a críticas do júri, à necessidade de compatibilização com planos para infraestrutura hospitalar, educacional e de abastecimento, ou resultaram das decisões inerentes a seu detalhamento; nesse processo, não há como identificar um momento em que se apresente um plano fechado ou concluído (LEITÃO, FICHER, 2010). As feições expressas no plano original mantiveram-se em boa parte no interior da cidade construída. Mas já nos primeiros anos de sua construção estabeleceu-se uma relação entre o centro e a periferia, onde se construíram cidades-satélites, muito distinta daquilo que teria sido pensado inicialmente. Brasília configurou um novo centro político para a nação. Não quer dizer, porém, que tenha estabelecido uma definição acabada de capital. Dinâmicas de urbanização, práticas de gestão e vivências cotidianas continuam a lhe reconfigurar e a atribuir novos sentidos a seus espaços – e à própria ideia do que pode ser uma capital.

5. Referências

- ABREU, Mauricio A. À La recherche du Rio de Janeiro du seizième siècle. . In : VIDAL, Laurent (Org.). **La ville au Brésil** (XVIIIe-XXe siècles) naissances, renaissances. Paris: Les Indes Savantes, 2008. p. 17-34.
- BATISTA, G. S. N.; FICHER, Sylvia; LEITÃO, F.; FRANÇA, D. A. de. Brasília, uma história de planejamento. **10º Encontro Nacional da ANPUR**, 2003, Belo Horizonte. Anais do 10º Encontro da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR, 2003. v. 1. p. 1-18.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **O Império luso-brasileiro: 1750-1822**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. v. 8, p. 263-275.
- BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, abr. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635108>>. Acesso em: 06 mar. 2016.
- BICALHO, Maria Fernanda. Poder régio e poder concelhio na disputa pela administração do espaço urbano do Rio de Janeiro: século XVII e XVIII. In: ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de; CARITA, Helder; ROSSA, Walter. **Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Actas. [s.l.] CNCDP, 2001, p. 321-334
- BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo. (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. **Coleção Brasília**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1960.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Desenho e Desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2011.
- BURKE, Peter. História como alegoria. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 9, n. 25, p. 197-212, dez. 1995. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300016&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Mar. 2016.
- CEBALLOS, Viviane G. de. **"E a história se fez cidade..."**: a construção histórica e historiográfica de Brasília, 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.
- COSTA, Lucio. "Ingredientes" da concepção urbanística de Brasília. In: In: XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio Roberto (Org.) **Brasília: antologia crítica**. São Paulo, Cosac Naify, 2012, p. 144-146.
- COSTA, Lucio. "Relatório do Plano Piloto de Brasília [1957]". In: RELATÓRIO do Plano Piloto de Brasília. Brasília, GDF, 1991. p. 29.
- COUTO, Ronaldo Costa. **Brasília Kubitschek de Oliveira**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DERNTL, Maria Fernanda. No coração da América portuguesa: aldeamentos indígenas e formação de territórios na capitania de Goiás. In: FRIDMAN, Fania. GENNARI, Luciana, KRAUSE, Cleandro. (Org.). **De cidades e territórios**. Rio de Janeiro: PoD, 2019, v. 2, p. 157-173.
- FERNANDES, Ana. Capital. In: TOPALOV et al. (Org.). **A aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: CIV Guerra, 2014. p. 155-162
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em Nome do Rei**. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KUBITSCHECK, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Brasília: Senado Federal, 2000.
- LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia. A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957 – 1964. In: PAVIANI, A. (Org.) **Brasília 50 anos: da capital a metrópole**. Brasília: Editora UnB, 2010, p. 97-135.



- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: UNESP, Moderna, 1997.
- MAGNOLI, Demétrio. Por uma arqueologia da narrativa nacional. **Revista USP**. Brasil, n. 49, p. 134-142, may 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32913>>. Acesso em: 06 mar. 2016.
- MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria et al (Org.). **As cidades no tempo**. Franca: Unesp. São Paulo: Olho d'Água, 2005, p. 229-246.
- MONTELLO, Josué. Apresentação da alegoria. In: BRASÍLIA: 21 abril 1960. **Programa das solenidades de instalação do Governo Federal em Brasília**. Presidência da República. 1960, p. 3-5.
- MOREAU, Filipe Eduardo. **Arquitetura militar em Salvador da Bahia**, séculos XVI a XVIII. 2011. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-11012012-105548/>>. Acesso em: 2016-03-05
- MOREIRA, Vânia Maria L. **Brasília**: a construção da nacionalidade – um meio para muitos fins. Vitória: Edufes. 1998.
- PENNA, J. O. Meira. **Quando mudam as capitais**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.
- PEREIRA, Sérgio N. Na boca do sertão ou integrada ao ecúmeno? Militares, estatísticos, geógrafos e a localização da nova capital. In: SENRA, Nelson de Castro (Org.). **Veredas de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010. p. 51-74.
- PERIDES, Paulo Pedro. A organização político-administrativa e o processo de regionalização do território colonial brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, FFLCH-USP, v. 9, p. 77-91, 1995.
- PORDEUS, Ismael. **Raízes históricas de Brasília**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2012
- REGIMENTO que levou Tomé de Souza governador do Brasil. Almerim, 17 dez 1548. Lisboa, AHU, códice 112, fls. 1-9. Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/1.3._Regimento_que_levou_Tom_de_Souza_0.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- REIS FILHO, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. [São Paulo: EDUSP/IMESP/FAPESP], 2000.
- RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004. p. 79-85.
- ROSSA, Walter. **A urbe e o traço**: uma década de estudos sobre o urbanismo português. Lisboa: Almedina, 2002. p. 290.
- SENRA, Nelson de Castro (Org.). **Veredas de Brasília**: as expedições geográficas em busca de um sonho. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.
- SILVA, Andréa Mansuy-Diniz. Imperial re-organization. In: BETHELL, Leslie (Org.). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 244-283.
- SILVA, Daniel Afonso da. **O enigma da capital**: a mudança do vice-reinado para o Rio de Janeiro em 1763. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10032014-113107/>>. Acesso em: 2016-03-06. p. 183.
- TAMANINI, Lourenço Fernando. **Brasília**: memória da construção. Brasília: Royal Court, 1994.
- VARNHAGEN, F.A. de. **A questão da capital**: marítima ou no interior? Vienna: Carlos Gerold, 1877.
- VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília: EdUnB, 2009.



VIDAL, Laurent. Capitais sonhadas, capitais abandonadas Considerações sobre a mobilidade das capitais nas Américas (séculos XVIII - XX). **História**, Franca , v. 30, n. 1, p. 3-36, June 2011 .

VITOR, E, D'Almeida. **História de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 1980.

Este trabalho contou com apoio de bolsa produtividade nível 2 do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil), processo n. 452015/2018-9.